



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

IGOR GAZETA CIZILIO GOMES

**Correção monetária extinta em 1995: um estudo bibliométrico dos periódicos
nacionais no período de 1996 a 2021**

Brasília, DF
2022

IGOR GAZETA CIZILIO GOMES

Correção monetária extinta em 1995: um estudo bibliométrico dos periódicos nacionais no período de 1996 a 2021

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Responsável:

Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues

Linha de pesquisa:

Contabilidade e Mercado financeiro

Área:

Contabilidade Financeira

Brasília, DF
2022

GOMES, Igor Gazeta Cizilio.

TÍTULO: Correção monetária extinta em 1995: um estudo bibliométrico dos periódicos nacionais no período de 1996 a 2021 .

XX f. : il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Ciências contábeis - FACE., 2022.

Orientador: Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues.

1. Produção Científica 2. Contabilidade 3. Artigos Científicos 4. Correção Monetária

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas**

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

IGOR GAZETA CIZILIO GOMES

Correção monetária extinta em 1995: um estudo bibliométrico dos periódicos nacionais no período de 1996 a 2021

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues.
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. XXXXX
Examinador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB) ou outra instituição

BRASÍLIA
2022

*“Feliz o homem e a mulher que acha a
sabedoria, e o homem e mulher que adquire
conhecimento” (Provérbios 3,13)*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Jomar Miranda Rodrigues por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa.

A todos os meus professores do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília pela excelência da qualidade técnica de cada um.

Aos meus pais André e Luciene que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

À minha namorada Leticia pela compreensão e paciência demonstrada durante o período do projeto.

Também agradeço a todos os meus colegas de curso e, especialmente, à Gabriele e Luiz Gustavo, pela oportunidade do convívio e pela cooperação mútua durante estes anos.

RESUMO

O presente estudo propõe analisar as principais temáticas discutidas pelas publicações científicas nos principais periódicos nacionais, entre o período de 1996 e 2021, onde o tema principal é correção monetária. A metodologia utilizada foi pesquisar palavras-chaves relacionada ao tema nos periódicos nacionais com páginas online de livre acesso e que possuíam qualificação Qualis-Capes entre A1 e C. No total foram coletados 288 artigos, porém somente 38 artigos tratavam do tema da correção monetária. Os resultados da pesquisa demonstram que por volta de 56% das pesquisas publicadas estão concentradas em apenas dois periódicos. A respeito do ano das publicações, 24 das 38 publicações da amostra estão entre o período de 2006 a 2014, e nota-se que não foi localizada na amostra nenhuma publicação depois do ano de 2018. Quanto aos autores das publicações foram identificados 104 autores, onde em sua maioria são doutores (as), 47 do total da amostra que representa 45,19% da amostra. Esses 104 autores estão alocados em 18 universidades de todo o Brasil, onde as que possuem mais pesquisadores vinculados é a Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Minas Gerais, e reparasse que ambas são da região Sudeste, assim essa sendo a região com mais autores alocados com um total de 69 dos 104, demonstrando assim um alto interesse dos autores dessa região a respeito do tema. No tópico da temática abordada os temas impactos no resultado, interpretação das demonstrações e distribuição de lucros responderam por 57,89% do total de publicações analisadas, frente a 42,11% das temáticas que tratam sobre a teoria da correção, comparação de métodos e análise bibliométrica. Na análise dos artigos, é nítido que a qualidade da informação contábil é o principal tópico afetado com o fim da correção monetária, assim mostrando que merece um destaque no meio acadêmico e deve ser tema de futuros estudos.

Palavras-chaves: Produção Científica. Periódicos Nacionais. Inflação. Correção Monetária.

LISTA DE TABELAS

Gráfico 1 – Índice da Inflação 1989	13
Gráfico 2 – Evolução do IPCA entre 1980 e 2021	14
Gráfico 3 – Titulação dos autores à época da publicação	23
Tabela 1 - Periódico Seleccionados	19
Tabela 2 – Relação de Periódicos: Quantitativo de artigos coletados versus analisados	21
Tabela 3 – Artigos científicos publicados por ano	22
Tabela 4 - Instituições a que os autores estão vinculados	24
Tabela 5 – Quantidade de autores por Região	25
Tabela 6 –Participação de autores por artigo	25
Tabela 7 – Temas abordados por artigo científico	26

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Correção Monetária e Sua Extinção.	12
2.2 Trabalhos Anteriores.....	17
3 PROCEDER METODOLÓGICO	19
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	21
4.1 Análise Estratificada.	21
4.2 Principais Temáticas	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIA	30

1 INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1970 e 1990 o Brasil sofreu com altas taxas de inflação que deterioravam consideravelmente o poder de compra da moeda e que por consequência, interferiam no preço de aquisição de bens e serviços durante um período de tempo. Para Vasconcelos e Garcia (2008) a inflação é determinada por aumento constantes e disseminados no índice de preços, logo, as mudanças inflacionárias são uma alta continuada nos preços.

E com isso a economia Brasileira viveu uma época de recessão e desaceleração contínua, altas taxas de desemprego, os salários se desvalorizavam rapidamente e a pressão monetária impactava em todos os aspectos do cotidiano social brasileiro. Onde o que mais marca a época é a mudança no padrão de consumo, onde a estocagem de produtos foi o maior símbolo do período, as compras eram feitas para durar um mês ou dois, as pessoas compravam congeladores de grande porte para guardar carne, devido ao fato que os preços do final do mês podiam custar muito mais do que no início do mês.

E para lidar com esses problemas de inflação, o estudo sobre a correção monetária no Brasil evoluiu de modo significativo em 1976 por meio do art. 185 da Lei Federal nº 6.406/76 a correção monetária de balanço (CMB) foi estabelecida como método para corrigir os valores das demonstrações financeiras e vigorou até 1985. Porém com a evolução da complexidade da evolução da inflação a CMB se tornou defasada, assim pesquisadores criaram um modelo de análise que é referência mundial para a correção de balanços patrimoniais a correção monetária integral (CMI).

Porém, com a implementação do plano real em 1994, que conseguiu trazer a estabilidade econômica, e a superação do cenário de hiperinflação que era vivido a época, a lei 9.249/1995 colocou um fim no sistema de correção monetária no país, onde segundo Souza (2018) a criação do Plano Real foi um grande marco no equilíbrio da inflação do país.

Para Sarquis, Flores, Bittar-Godinho e Martins (2020) aplicaram o modelo de Correção Monetária de Balanço (CMB) em 53 empresas, 48 não financeiras e 5 financeiras no período de 2010 a 2016. Em geral os resultados do artigo evidenciaram diferenças médias relevantes entre os valores nominais e corrigidos de 59% no Retorno Sobre o Ativo (ROA) e de 44% no Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE), o artigo também evidenciou que 40 das 50 empresas estão distribuindo lucros maiores do que seria distribuído pelas demonstrações corrigidas.

Complementando Gabriel, Neto e Corrar (2003) trataram do impacto do fim da correção monetária no Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE) dos bancos brasileiros. Os autores concluíram que o ROE legal dos bancos brasileiros é maior que o ROE ajustado pela inflação no período de 1996 a 2001, considerando um nível de significância de 5%, estatisticamente os efeitos da inflação provocam diferenças significativas no ROE dos bancos brasileiros.

Em 2021, completou 25 anos da lei que revogou a correção monetária, mesmo assim, várias pesquisas, dedicam-se a temática de correção monetária após a referida extinção. Neste sentido, forma a classificar os artigos por interesses temáticos abordados, o presente trabalho tem como objetivo de responde a seguinte questão: quais são as principais características dos trabalhos científicos publicados em periódicos nacionais, com foco na correção monetária de demonstrações financeiras, entre os anos de 1996 e 2021?

Esta pesquisa possui como objetivo geral levantar os periódicos nacionais nas áreas de Contabilidade que tenham a classificação entre A2 e B5 no conceito Qualis-Capes, nos quais foram avaliados quanto sua importância dentro o meio científico levando em conta as notas obtidas na referida qualificação. Uma vez selecionados os períodos objetos do estudo, a investigação vai se limitar na localização dos artigos que tenham determinadas palavras-chaves, cujo o enfoque principal das pesquisas científicas estejam diretamente ligados a correção monetária. Uma vez que construída a base de dados necessária, os artigos serão analisados quanto as suas características sob as teorias adjacentes a área de conhecimento contábil da correção monetária, tais como custo de reposição, o valor histórico, o custo histórico, a contabilidade em nível geral de preços, a moeda de poder aquisitivo constante, o custo corrente corrigido, dentre outras listadas na seção das palavras-chave na metodologia.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma. Nesta seção é apresentada a introdução ao tema, problema e o objetivo do estudo, bem como uma breve descrição da metodologia adotada e dos resultados da pesquisa. Na seção seguinte, que engloba o referencial teórico, é feita uma revisão da literatura a respeito da inflação e seus impactos econômicos na economia brasileira com foco na fundamentação da teoria da correção monetária. Na terceira seção é apresentado a metodologia e os procedimentos adotados na pesquisa. Na quarta, é realizada a apresentação e análise dos resultados. E, finalmente, na última seção são feitas as considerações finais sobre o estudo realizado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Correção monetária e sua extinção.

A inflação ocorre quando existe aumento dos preços de bens e serviços, onde acarreta na redução do poder de compra da moeda, de acordo com Banco Central do Brasil (2022). Além de que, segundo Colnago, Moraes e Soares (2015) a inflação é um fator importante para todos os países, onde possuem uma necessidade de manter seus índices inflacionários baixos, para que sua moeda não seja desvalorizada, tendo como objetivo, trazer investidores para o seu mercado interno.

Já Vasconcelos e Garcia (2008) afirmam que a inflação é determinada por aumentos constantes e difundidos no índice de preços, portanto, as mudanças inflacionárias são altas continuadas nos preços, e não devem de maneira alguma ser misturadas com altas temporárias de preços. E corroborando com esses conceitos, Vianna (2013) diz que a continuidade é um fator importante como característica da inflação para gerar algum efeito econômico, uma vez que aumentos esporádicos tendem a ser corrigidos pelo próprio mercado.

E para Padoveze (2010), a inflação é um fenômeno de difícil mensuração, visto que, não existe apenas uma maneira de medir a inflação, pois, ela pode afetar cada entidade e indivíduo de formas diferentes, fazendo com que os índices inflacionários sejam uma forma genérica de empregar a inflação como parâmetro para todos.

E segundo o Banco Central do Brasil, existe várias causas para a inflação, onde podem ser resumidas em quatro grupos: 1 – Pressões de demandas; 2 – Pressões de custos; 3 – Inércia inflacionária e 4 – Expectativas de inflação. E o G1 (2022) complementa: "A inflação pode ter uma causa monetária (impressão de dinheiro pelo governo), pode ter causas psicológicas (agentes ajustam o preço porque acham que outro também vai ajustar) e pode ter uma causa real (um desajuste entre a oferta e a demanda por bens e serviços)."

Neste Sentido, Amaury José (2009) complementa que a inflação afeta as empresas de diversas maneiras, dependendo da forma como os custos dos insumos estejam se comportando no mercado, e os aspectos que são empregues para a mensuração da inflação podem variar de acordo com o tipo de usuário, seja este empresário, o governo, uma dona de casa ou um estudante.

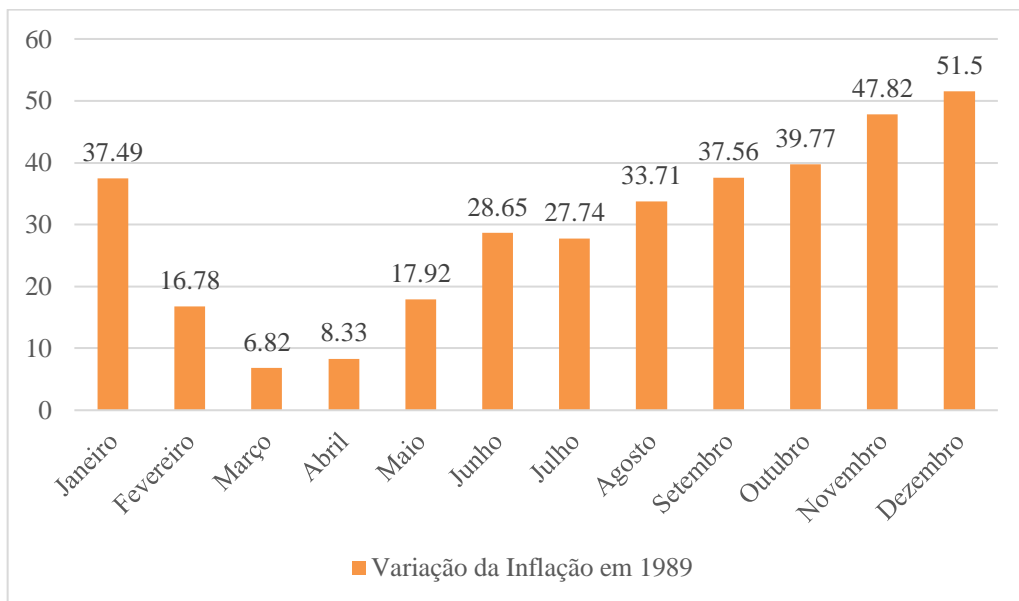
Ainda tratando dos conceitos do processo inflacionário, convém esclarecer que não existe apenas o aumento geral dos preços na economia, mesmo sendo menos comum, também

existe o processo inverso. Onde essa redução global e expressiva nos valores de bens e serviços é denominado de deflação e é causada pela baixa circulação de moeda, geralmente ligada a alta dos juros e reduzida oferta de crédito. E segundo Gelinger e Vier (2015) os impactos da deflação são bem menos significativos sobre as demonstrações contábeis.

O Brasil viveu um período de alta na inflação entre o final da década de 1970 e início da década de 1990. E de acordo com Gelinger e Vier (2015) em especial a partir da década de 80 ocorreu um forte encolhimento na taxa de desenvolvimento econômico do país, e complementando o argumento Lacerda (2006) nos anos 80 a economia brasileira sofreu com enormes desequilíbrios internos e externos, que foram ocasionados por condições como a alta da dívida externa, queda do Produto interno Bruto e altas variações na inflação, o que resultou em uma hiperinflação no ano de 1989.

A seguir o gráfico 01, tem como objetivo evidenciar os patamares da inflação brasileira no ano de 1989 até alcançar o estágio de hiperinflação. O indexador utilizado foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Gráfico 1 Índice da Inflação 1989



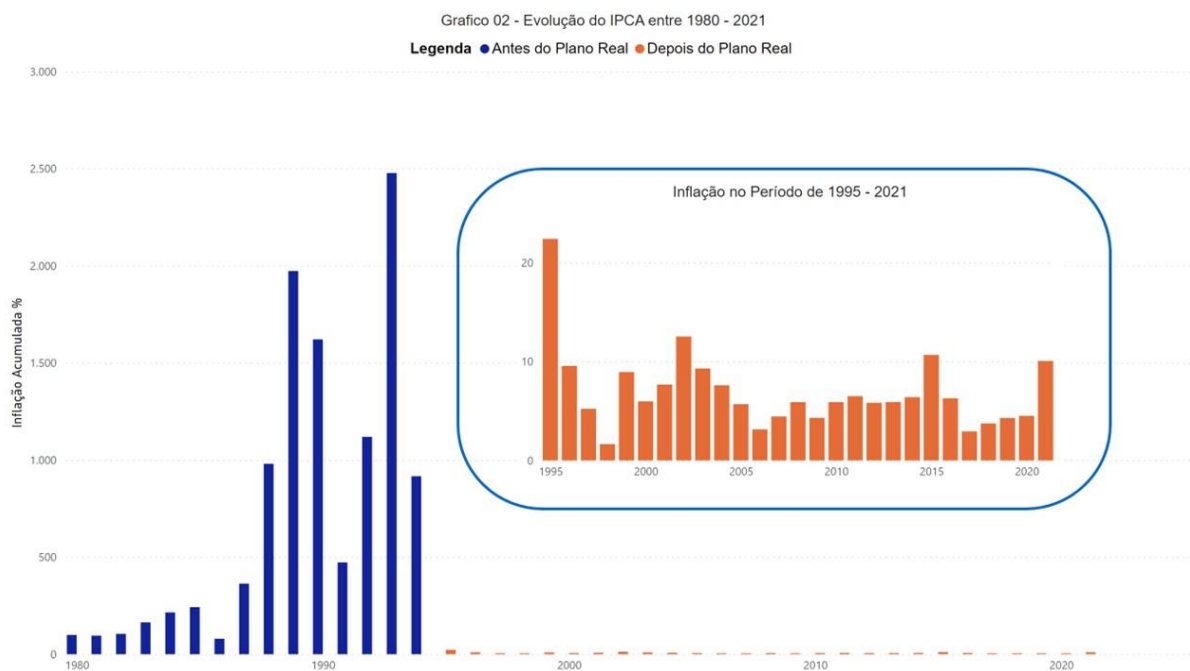
Fonte: IBGE Adaptado

Nas décadas de 1980 e 1990 foram empregues diversos planos econômicos no Brasil na tentativa de implementar medidas para rechaçar os problemas causados pelo movimento inflacionário no país, por exemplo o Plano Cruzado 1986, Plano Bresser de 1987, Plano Verão de 1989, Plano Collor de 1990 e por fim o Plano Real em 1993.

Em 1994 foi o ano em que finalmente o Brasil conseguiu a estabilidade econômica com a implementação do Plano Real, que após diversas medidas econômicas, é a que vive até os dias atuais, com mais de 25 anos. Segundo Souza (2018) a criação do Plano Real foi um grande marco no equilíbrio da inflação do país.

O gráfico 02, demonstra a evolução do IPCA entre os anos de 1980 e 2021 e comprova a estabilidade promovida pela adoção do Plano Real.

Gráfico 2 – Evolução do IPCA entre 1980 e 2021



FONTE: IBGE Adaptado

Com o intuito de amenizar as sequelas da inflação, perante a ótica de aferição da moeda, atualmente o governo utiliza vários índices de preços que servem como base para o cálculo da inflação no país. As principais instituições responsáveis por esses índices são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a Fundação Getúlio Vargas – FGV, a Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas – FIPE, o Banco Central do Brasil – BACEN e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (MATOS; MARQUES; FERREIRA; TAVARES, 2013).

Alguns dos principais índices são os Índice de Preço por Atacado – IPA, Índice de Preço ao Consumidor – IPC e o Índice Geral de Preços – IGP. Onde segundo o FGV (2022) o IPA tem como função registrar as variações de valores de produtos agropecuários e industriais nas

transações entre empresas, o IPC mensura a variação de preço de um grupo fixo de produtos de bens e serviços consumidos por famílias que possuem renda mensal até 33 salários mínimos e o IGP é a média aritmética ponderada do IPA, do IPC e do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, onde os pesos são de 60%, 30% e 10% respectivamente.

A IAS 29, que foi traduzida e adequada para os moldes brasileiros pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis por meio do pronunciamento técnico CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária, onde deve ser aplicado às demonstrações contábeis e consolidadas, de toda entidade da qual a moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária. (CPC 42, 2018)

O CPC 42 aborda que em uma economia hiperinflacionária, as demonstrações contábeis que estão em moeda local sem a devida correção monetária não possuem serventia alguma. O pronunciamento não sugere uma taxa específica em que se considere o surgimento da hiperinflação, onde a ocasião onde se torna necessário a atualização monetária é uma questão de julgamento, porém, o CPC (2018) indica quais as características que um país precisa ter para que o seu ambiente econômico seja considerado hiperinflacionário. Conforme o CPC 42 (2018) as características são:

- (a) a população em geral prefere manter sua riqueza em ativos não monetários ou em uma moeda estrangeira relativamente estável. Os valores em moeda local detidos são imediatamente investidos para manter o poder aquisitivo;
- (b) a população em geral considera os valores monetários não em termos da moeda local, mas em termos de uma moeda estrangeira relativamente estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- (c) as compras e as vendas a crédito ocorrem a preços que compensam a perda esperada do poder aquisitivo durante o período do crédito, ainda que esse período seja curto;
- (d) as taxas de juros, salários e preços são atreladas a um índice de preços; e
- (e) a taxa de inflação acumulada no triênio se aproxima ou excede 100%.

E encerrando o pronunciamento salienta quais itens são imprescindíveis na divulgação das demonstrações corrigidas, a forma de como foi mensurado, se as demonstrações estão em preço corrente ou histórico e a indicação de qual índice de preço foi utilizado e também a variação percentual apresenta entre os períodos apresentados (CPC 42, 2018).

Mesmo que, atualmente, as demonstrações contábeis brasileiras sejam mensuradas pelo custo histórico ou preço corrente dos eventos econômicos, entre o período de 1950 e 1990 foram

desenvolvidas as famosas ferramentas cujo o nome eram “correção monetária”, onde tinha como objetivo promover ajustes às demonstrações contábeis pelos efeitos da inflação. (Souza; Peters; Silva; Antunes, 2018).

No decorrer da imposição da correção, vigorava dois modelos de mensuração, a Correção Monetária de Balanço – CMB e a Correção Monetária Integral – CMI. E segundo Santos (1998) a principal diferença entre os modelos é que o CMB reconhece todos os efeitos da inflação apenas em uma conta do resultado em comparação que o CMI possui todas as características da CMB, porém, com alguns aprimoramentos, para todas as contas do balanço.

A CMB foi estabelecida por meio do art. 185 da Lei Federal nº 6.406/76. Nos anos de 1978 a 1985, apenas a CMB foi utilizada como método de correção, onde esse modelo era bastante simplificado uma vez que ele atualizava o ativo permanente pela inflação e o resultado dessa correção era reconhecido no resultado do período como uma receita, e atualizava monetariamente o Patrimônio Líquido que também tinha o efeito dessa atualização reconhecido no resultado, como uma despesa, e ambos eram reconhecidos em uma específica do resultado chamada “Correção Monetária de Balanços”. (Sarquis; Flores; Godinho; Martins, 2020).

Com a evolução da inflação, o modelo simplificado da CMB foi se tornando defasado, então a CMV por meio da instrução nº 64/87 pretendendo a melhora da qualidade da informação por meio das demonstrações financeiras complementares, solicitou que as empresas de capital aberto divulgassem as demonstrações complementares em moeda corrente, pelo método da Correção Monetária Integral. (Silva e Malacrida, 2020).

Na CMI todas as contas eram discriminadas em itens monetários e não monetários, onde, todos os itens monetários que se expressavam em moeda ou eram liquidáveis em moeda, completamente expostos aos efeitos da inflação, eram ajustados a valor presente e atualizado a variação monetária e cambial quando existente, na forma de receitas e despesas financeiras, eram ajustadas apenas para evidenciar seus acréscimos ou decréscimos reais. (Martins, 2013). Desta forma, a CMI reconhece os impactos inflacionários em cada uma das contas das demonstrações contábeis.

Para Santos e Ribeiro (2014), a principal vantagem do CMI em relação ao CMB é a possibilidade de conseguir comparar demonstrações financeiras de exercícios diferentes, assim possibilitando um maior controle das finanças para as empresas.

Com o sucesso do Plano Real em 1994 em controlar a inflação, em 1995 foi proibida todo tipo de correção monetária das demonstrações contábeis brasileiras por meio da Lei nº

9.249/1995 onde seu parágrafo único diz “ Parágrafo único. Fica vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários. ”

Para Santos (1998) e Yamamoto (2022) os legisladores da época entendiam que com os efeitos inflacionários controlados a correção das demonstrações contábeis não eram mais necessárias, devido ao fato que, o país tinha alcançado índices inflacionários de países desenvolvidos e os mesmos não atualizavam de nenhuma forma os números das suas demonstrações. Porém Martins (2013) os impactos da inflação nas demonstrações contábeis ainda são relevantes e ainda se faz necessário a utilização das correções monetárias, para o mesmo “tudo o que se avançou com a Lei no 6.404/76 foi jogado fora pela Lei no 9.249”.

2.2 Trabalhos Anteriores

No decorrer desses mais de 25 anos sem a correção monetária, vários estudos se empenharam, sob variados ângulos, a analisar os impactos do fim da correção monetária na qualidade das informações dos demonstrativos contábeis.

Silva e Malacrida (2020) usaram uma amostra de 229 empresas de diferentes setores econômicos no período de 2007 a 2018, onde buscaram analisar se existiu diferença significativa nos indicadores de endividamento, rentabilidade e do imobilizado usando a correção monetária. Os autores chegaram à conclusão que ocorreu diferenças significativas para todas as variáveis de estudos, excluindo apenas o índice de rentabilidade para o setor de Transporte, que não teve divergência significativa, e para o setor de Infraestrutura que teve o resultado inconclusivo.

Já Sarquis, Flores, Bittar-Godinho e Martins (2020) aplicaram o modelo de Correção Monetária de Balanço (CMB) em 53 empresas, 48 não financeiras e 5 financeiras no período de 2010 a 2016. Em geral os resultados do artigo evidenciaram diferenças médias relevantes entre os valores nominais e corrigidos de 59% no Retorno Sobre o Ativo (ROA) e de 44% no Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE), o artigo também evidenciou que 40 das 50 empresas estão distribuindo lucros maiores do que seria distribuído pelas demonstrações corrigidas.

Souza, Peters, Silva e Antunes (2018) verificaram empiricamente se houve ou não distorção da comparabilidade da informação, quando não considerado os efeitos da inflação nos

demonstrativos contábeis. Os resultados da pesquisa concluíram que a contabilidade financeira tem afetada diretamente pela omissão dos efeitos inflacionários, destacando os efeitos negativos causados à qualidade das informações contábeis.

Melo, Martins, Nagai, Amaral e Salotti (2011) investigaram o efeito do não reconhecimento da inflação nas empresas do setor de energia elétrica, no ativo imobilizado, patrimônio líquido, resultado do exercício e no Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE). E com os resultados da pesquisa constatou-se que as demonstrações contábeis das empresas de distribuição de energia elétrica que não estavam corrigidas apresentam valores incompletos e distorcidos.

Complementando Gabriel, Neto e Corrar (2003) trataram do impacto do fim da correção monetária no Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE) dos bancos brasileiros. Os autores concluíram que o ROE legal dos bancos brasileiros é maior que o ROE ajustado pela inflação no período de 1996 a 2001, considerando um nível de significância de 5%, estatisticamente os efeitos da inflação provocam diferenças significativas no ROE dos bancos brasileiros.

E mais recentemente Julião, Souza e Soares (2022) analisaram o impacto financeiro e tributário da não correção monetária nas demonstrações financeiras de empresas do Setor de Consumo Não Cíclico, em específico do subsetor alimentício listado na B3. O artigo apurou que os indicadores financeiros apresentaram melhora na maioria das empresas apresentadas e nos indicadores tributários, o estudo mostrou que 20 das 28 companhias apresentaram o Resultado da Correção Monetária (RCM) positivo, ou seja, o IRPJ e o CSLL seriam de maior tributação decorrentes dos lançamentos não realizados pela extinção da correção monetária.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

O presente estudo visa avaliar as características qualitativas dos trabalhos científicos apresentados pelos periódicos nacionais, unicamente na área de Ciências Contábeis, reconhecendo temáticas que tratam do assunto correção monetária. Segundo Beuren (2006) a pesquisa qualitativa tem por objetivo apresentar características não observadas em estudos quantitativos, uma vez que estes têm por base números, e que sem a análise qualitativa necessária, não representam a realidade.

A princípio no escopo deste estudo, foram identificados os periódicos da área de avaliação “Administração, Ciências Contábeis e Turismo”, elencados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A escolha dessa área justifica-se por estar diretamente correlacionada ao tema da pesquisa. Além disso, o procedimento visou identificar e quantificar quais são os periódicos nacionais de Contabilidade.

A própria CAPES também realiza uma avaliação dos periódicos de acordo com a sua contribuição para a comunidade científica. Esta avaliação classifica os periódicos da seguinte forma: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, onde A1 é a melhor avaliação e C a pior, considerado como peso zero. Ademais, apenas as revistas que estavam entre a classificação A1 e B5 foram verificados neste artigo.

O recorte temporal utilizado para a análise deste estudo refere-se aos anos de 1996 a 2021. Além do mais, cabe explicar que o propósito deste trabalho se inicia em 2016 devido ao fato de ter sido o ano subsequente que se encerrou a correção monetária das demonstrações contábeis.

Uma vez feito os filtros nos periódicos, a amostra ficou definida em 31 periódicos, onde foram elencados na tabela a seguir:

Tabela 1 - Periódico Selecionados

Seq.	Periódicos
1	BBR - Brazilian Business Review
2	Revista Contabilidade & Finanças
3	Contabilidade Vista & Revista
4	Revista de Contabilidade e Organizações
5	Revista Universo Contábil
6	Advances in Scientific and Applied Accounting
7	Base (UNISINOS)
8	Contabilidade, Gestão e Governança
9	Custos e Agronegócios online
10	Enfoque: Reflexão Contábil
11	Contexto
12	RACEF - Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE

13	RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria
14	Revista Contemporânea de Contabilidade (UFSC)
15	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade
16	Sociedade, Contabilidade e Gestão (UFRJ)
17	Pensar Contábil
18	Registro Contábil – RECONT
19	Revista Ambiente Contábil
20	Revista de Informação Contábil (UFPE)
21	ABCustos
22	RACE : Revista de Administração, Contabilidade e Economia
23	RBC: Revista Brasileira de Contabilidade
24	Revista de Contabilidade da UFBA
25	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ
26	Revista Paulista de Contabilidade
27	Revista Catarinense da Ciência Contábil
28	RACI. Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU
29	Contabilidade e Informação (UNIJUI)
30	Revista de Administração e Contabilidade da FAT
31	Revista Mineira de Contabilidade

Fonte: Elaboração própria

No segundo momento, o mecanismo de coleta de dados foi exclusivamente através dos portais oficiais dos periódicos disponíveis na internet, com o intuito de identificar a presença das palavras chaves, listadas a seguir, no título, resumo ou palavra chave nos artigos. A seguir a lista das palavras utilizada nas pesquisas: 1 - custo de reposição; 2 - valor histórico; 3 - custo histórico; 4 - contabilidade em nível geral de preços; 5 - moeda de poder aquisitivo constante; 6 - custo corrente corrigido; 7 - custo corrente; 8 - inflação; 9 - poder aquisitivo da moeda; 10 - atualização monetária; 11 – correção monetária; 12 - correção integral; 13 - correção de balanço; 14 - variação de preços; 15 - indexação.

Quanto aos procedimentos utilizados, esta pesquisa é qualificada como bibliográfica, como diz Gil (2017) quando uma pesquisa se desenvolve através de estudos já elaborados, constituído, nesse caso de artigos científicos, pode-se caracterizar como uma pesquisa bibliográfica.

E como medida de controle, os artigos coletados foram tabulados no software Excel (Office 365), de forma a organizar os artigos que possuíam a maior semelhança com a abordagem utilizada, e também separando as publicações que abrangiam, ou não, o tema de correção monetária. Onde foi criada uma base de dados contendo os seguintes dados: a) palavras buscadas; b) periódico; c) classificação capes; d) data; e) título; f) autor; g) referência; h) palavras-chaves.

4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

Apresenta-se neste ponto as análises e resultados deste estudo bibliométrico, onde a metodologia foi aplicada para reconhecer os principais assuntos relacionados à correção monetária discutidos pelos principais periódicos no período de 1996 a 2021. Portanto, em seguida, serão apresentando os resultados desta provenientes desta pesquisa, tal como informações acerca do perfil das publicações, bem como: concentração por periódico, concentração por ano de publicação e quantidade de autores por artigo.

4.1 Análise estratificada

Na tabela 2, a diante, foi feito do detalhamento dos periódicos, artigos coletados, participação proporcional ao total de artigos coletados, artigos relacionados ao tema desta pesquisa e participação proporcional ao total de artigos analisados.

Tabela 2 – Relação de Periódicos: Quantitativo de artigos coletados versus analisados

Periódicos	Art. Coletados	%	Art. Analisados	%	% analisado/ coletado
BBR - Brazilian Business Review	11	3,82%	1	2,63%	9,09%
Revista Contabilidade & Finanças	118	40,97%	5	13,16%	4,24%
Contabilidade Vista & Revista	10	3,47%	4	10,53%	40,00%
Revista de Contabilidade e Organizações	43	14,93%	2	5,26%	4,65%
Revista Universo Contábil	5	1,74%	2	5,26%	40,00%
Advances in Scientific and Applied Accounting	16	5,56%	0	0,00%	0,00%
Base (UNISINOS)	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Contabilidade, Gestão e Governança	9	3,13%	5	13,16%	55,56%
Custos e Agronegócios online	1	0,35%	1	2,63%	100,00%
Enfoque: Reflexão Contábil	8	2,78%	2	5,26%	25,00%
Contexto	2	0,69%	2	5,26%	100,00%
RACEF - Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE	2	0,69%	0	0,00%	0,00%
RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria	2	0,69%	0	0,00%	0,00%
Revista Contemporânea de Contabilidade (UFSC)	4	1,39%	0	0,00%	0,00%
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	1	0,35%	1	2,63%	100,00%
Sociedade, Contabilidade e Gestão (UFRJ)	6	2,08%	1	2,63%	16,67%
Pensar Contábil	12	4,17%	4	10,53%	33,33%
Registro Contábil – RECONT	4	1,39%	0	0,00%	0,00%
Revista Ambiente Contábil	8	2,78%	0	0,00%	0,00%
Revista de Informação Contábil (UFPE)	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
ABCustos	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
RACE : Revista de Administração, Contabilidade e Economia	3	1,04%	1	2,63%	33,33%

RBC: Revista Brasileira de Contabilidade	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Revista de Contabilidade da UFBA	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	8	2,78%	5	13,16%	62,50%
Revista Paulista de Contabilidade	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Revista Catarinense da Ciência Contábil	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
RACI. Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Contabilidade e Informação (UNIJUI)	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Revista de Administração e Contabilidade da FAT	4	1,39%	1	2,63%	25,00%
Revista Mineira de Contabilidade	11	3,82%	1	2,63%	9,09%
Total	288	100,00%	38	100,00%	13,19%

Fonte: Elaboração Própria

Inicialmente na coleta de artigos, identificou-se uma grande concentração das publicações em 6 periódicos dentre todos pesquisados. Por volta de 70% dos artigos coletados estão reunidos nos periódicos: Revista Contabilidade & Finanças, Contabilidade Vista & Revista, Revista de Contabilidade e Organizações, Pensar Contábil, Revista Mineira de Contabilidade e Advances in Scientific and Applied Accounting.

Vale ressaltar que a escolha de palavras-chaves foi realizada de forma apropriada, uma vez que levou em consideração os assuntos abordados na literatura pelos autores, e tinha o objetivo de reunir artigos onde a correção monetária fosse o principal tema abordado. Porém, diversos artigos foram retirados desta amostra por não tratarem diretamente do tema principal. Recebe destaque os periódicos: Revista Contabilidade & Finanças e Revista de Contabilidades e Organizações com 118 e 43 artigos coletados respectivamente o que lhes conferem amplo destaque quantitativo na amostragem investigada, e por isso, ambas as revistas são as que possuem maior quantidade de publicações não analisadas.

Na tabela 3 foi realizada a divisão das publicações por ano de publicação na revista, com o objetivo de discriminar a concentração e identificar como tem evoluído a atenção da comunidade científica em relação ao tema.

Tabela 3 – Artigos científicos publicados por ano

ANO PUBLICAÇÃO	ARTIGOS	%	Quinquênio	%
1996	2	5,26%		
1997	1	2,63%	4	10,53%
2000	1	2,63%		
2002	2	5,26%		
2004	4	10,53%	6	15,79%
2006	3	7,89%		
2007	4	10,53%	12	31,58%
2008	4	10,53%		

2009	1	2,63%		
2011	3	7,89%		
2012	3	7,89%		
2013	4	10,53%	12	31,58%
2014	2	5,26%		
2016	2	5,26%		
2017	1	2,63%	4	10,53%
2018	1	2,63%		
TOTAL	38	100,00%	38	100%

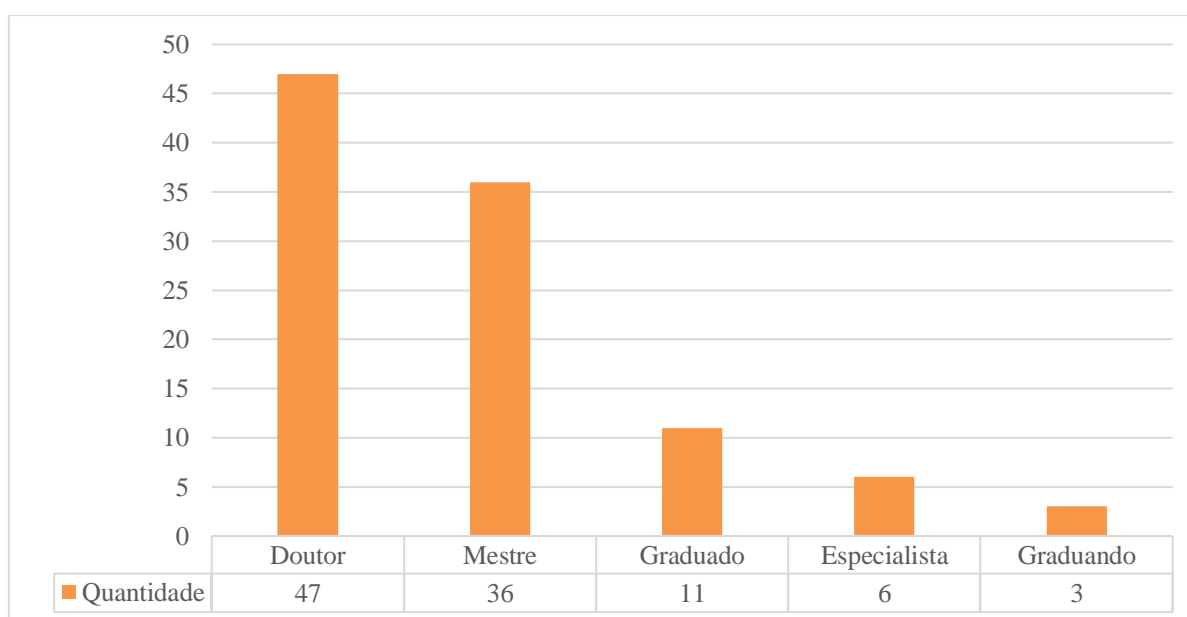
Fonte: Elaboração própria

De acordo com a tabela acima pode-se notar que a concentração dos artigos científicos, publicados de acordo com o tema correção monetária, estão concentrados nos quinquênios de 2006 a 2010 e 2011 a 2015 com um total de 24 publicações, onde somados atingem 63,13% dos artigos publicados. A maior número de artigos publicados em 1 ano foram 4 e evento aconteceu nos anos de: 2004, 2007, 2008 e 2013.

E pode-se reparar que depois de 2018 nenhum periódico foi publicado, acarretando assim no maior período sem nenhuma publicação relacionada ao tema desde a extinção da correção monetária por meio da Lei N° 9.249/95.

Da amostra selecionada, foram identificados 104 autores como responsáveis pelas publicações e o gráfico 03 tem como finalidade evidenciar a titulação acadêmica que os pesquisadores possuíam à época das publicações.

Gráfico 3 – Titulação dos autores à época da publicação



Fonte: Elaboração Própria

Uma observação importante destacar é que na pesquisa não foi levado em consideração as titulações que tinham a nomenclatura de “doutorando (a) e mestrando (a)”. Para os pesquisadores com essas nomenclaturas, foram analisados os currículos lattes para identificar a última titulação efetiva concluída e a instituição correspondente, visto isso, os que possuíam essas nomenclaturas foram descritos neste estudo como mestres, especialistas (caso tenha alguma especialização), ou graduados.

Os dados evidenciam que 47 dos 104 pesquisadores possuíam o título de doutor, o que representa 45,19% da amostra, logo em seguida vem os autores que detinham o título de mestre com 36 que representa 34,62% do total, os especialistas contam com 6 autores, 11 dos 104 pesquisadores tinham apenas a graduação completa e apenas 3 estavam cursando a graduação ainda.

A tabela 4 trata-se da relação entre o quantitativo de autores e as instituições de ensino às quais estavam vinculados na época da publicação de suas pesquisas.

Tabela 4 - Instituições a que os autores estão vinculados

Instituições	Número de autores	Porcentagem(%)
Centro Universitário FECAP	1	0,96%
Fundação Getúlio Vargas	6	5,77%
Fundação Universidade Regional de Blumenau	2	1,92%
Universidade Estadual de Maringá	1	0,96%
UNISINOS	2	1,92%
Universidade de Brasília (UnB)	2	1,92%
Universidade de Fortaleza	2	1,92%
Universidade de São Paulo (USP)	29	27,88%
Universidade do Vale do Itajaí	3	2,88%
universidade estadual do oeste do Paraná (UniOeste)	1	0,96%
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	6	5,77%
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	10	9,62%
Universidade Federal do Espírito Santo.	3	2,88%
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	3	2,88%
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	20	19,23%
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	7	6,73%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1	0,96%
Universidade Federal Santa Catarina (UFSC)	5	4,81%
Total	104	100,00%

Fonte: Elaboração Própria

Os pesquisadores estão alocados entre 18 universidades de todo o Brasil. Sendo que a Universidade de São Paulo (USP) é a que detém o maior número de pesquisadores com 29 dos autores (27,88%), em seguida vem a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com 20

pesquisadores dos 104 do total, que representa 19,23% da amostra e ocupando o “ranking” das top 3 universidades com mais pesquisadores vinculados que escreveram sobre o tema da correção monetária vem a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com 10 autores vinculados, que representa 9,62% da amostra.

Detalhando mais o conteúdo da tabela 4 (Instituições a que os autores estão vinculados), a tabela 5 apresenta os resultados da amostra segregando os autores por região do Brasil.

Tabela 5 – Quantidade de autores por Região

Região	Porcentagem(%)	Total
Norte	0,00%	0
Nordeste	14,42%	15
Centro-Oeste	1,92%	2
Sudeste	66,35%	69
Sul	17,31%	18
Total	100,00%	104

Fonte: Elaboração Própria

Como evidenciado anteriormente na tabela 4, as 3 universidades com mais autores vinculados são da região sudeste, a tabela 5 segue o mesmo padrão evidenciando que a região sudeste obteve o maior registro de autores, contento um total de 69 o que corresponde a um pouco mais de 66% do total. Logo após, vem as regiões Sul e nordeste com 18 (17,31%) e 15 (14,42%) pesquisadores respectivamente.

A região Centro-Oeste possui apenas 2 autores vinculados a região, e o Norte não tem nenhum autor vinculado, onde o baixo e o nulo registro pode demonstrar uma falta de interesse dos pesquisadores dessa região em discutir a temática, ou ser o reflexo de uma menor quantia de instituições de pesquisa nessas regiões.

Por último a tabela 6, evidência a quantidade de autores por artigo publicado. Com o objetivo de evidenciar que a coautoria é o modelo mais exercido, o que releva que a comunidade científica tem utilizado o método colaborativo para desenvolver conhecimento.

Tabela 6 –Participação de autores por artigo

Número Autores	Artigos	%
1	5	13,16%
2	9	23,68%

3	12	31,58%
4	8	21,05%
5	4	10,53%
Total	38	100,00%

Fonte: elaboração Própria

Nesta lógica, percebe-se com a tabela 6 que a maioria dos artigos publicados nos periódicos, possuem mais de três autores como geradores de conhecimento do trabalho. Onde os estudos com a participação de três autores representam 31,58% dos artigos coletados, 12 dos 38 artigos totais. Já os artigos com dois e quatro produtores intelectuais possuem uma relevância grande também onde respectivamente representam percentualmente 23,68% e 21,05% da amostra. Nota-se uma menor preferência na produção de artigos com um e cinco autores, uma vez que, representam apenas 13,16% e 10,53% dos trabalhos coletados.

4.2 Principais temáticas

No que se refere ao quantitativo de artigos coletados nos 31 periódicos analisados, um percentual pequeno se tratava diretamente do tema correção monetária, por volta de 13% dos 288 artigos coletados. A tabela 7 expõe a concentração de artigos em ofício dos temas e subtemas abordados.

Tabela 7 – Temas abordados por artigo científico

Tema	Quantidade	%	Subtemas	Quantidade	%
Teoria da correção monetária	6	15,79%	Evolução histórica	2	5,26%
			Definição de conceitos	1	2,63%
			Aspectos jurídicos e normativos	3	7,89%
Análise bibliométrica	3	7,89%	Análise bibliométrica	3	7,89%
Metodologias	7	18,42%	Apresentação de métodos	3	7,89%
			Comparativo entre métodos	4	10,53%
Impactos	22	57,89%	Impacto no resultado e patrimônio líquido	10	26,32%
			Impacto na interpretação das demonstrações	9	23,68%
			Impacto na distribuição de lucros e dividendos	3	7,89%
Total	38	100,00%		38	100,00%

Fonte: Elaboração Própria

Na tabela 7, as amostras demonstraram que a grande maioria dos estudos estão voltados para destacar os impactos gerados pela correção monetária, seja pela aplicação ou a não aplicação de seus métodos. Os estudos publicados com esse ponto ultrapassam 50% dos 38 artigos coletados, 57,89% ao todo. Apesar de que, os subtemas “Impacto no resultado e patrimônio líquido” e “Impacto na interpretação das demonstrações” possuem uma correlação aproximada quanto a sua aplicação, inclusive com amostragem bem parecidas, 26,32% e 23,68% respectivamente para cada tema, a perspectiva apresentada pelos artigos são distintas. No primeiro subtema, os autores buscam tratar sobre a aplicação da correção monetária ou não, e o impacto que isso causa no patrimônio líquido e resultado, por consequência, afetam a situação patrimonial da empresa. Já o segundo subtema, constatou-se que os pesquisadores se atentaram em dar visibilidade, de que modo a qualidade da informação resultante da não utilização da correção monetária.

As temáticas “ Teoria da correção monetária” e a “Metodologias” aglomeram um número semelhante de artigos onde individualmente cada uma compõem a amostra com 6 e 7 dos 38 artigos totais. Da temática da teoria o subtema aspectos jurídicos e normativos é o que tem mais destaque com 3 estudos publicados e representando 7,89% da amostra total. Já o subtema “Comparativo entre métodos” que está contido na temática de “metodologia”, recebe maior destaque, uma vez que possui 10,53% do total dos artigos analisados. E voltando ao tema da “Teoria da correção monetária”, nota-se pouca preocupação com a “definição de conceitos”, tendo apenas 1 de 28 artigos totais coletados.

E por fim, apenas 3 artigos na amostragem total dedicaram-se a estudar as características das publicações relacionadas a correção monetária, que teve por resultado 7,89% do total de artigos analisados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo verificar quais foram as principais temáticas levantadas pelos artigos científicos publicados entre os períodos de 1996 e 2021 que abordam o tema da correção monetária em periódicos nacionais ligados à área de conhecimento da contabilidade. O estudo foi motivado pelos 25 anos da extinção da correção monetária ocorrida por meio da Lei nº 9.249/95.

Posto que, tenha-se relacionado a maior quantidade possível de palavras-chaves que tratam do assunto correção monetária, grande maioria das publicações não estavam relacionadas ao objeto pesquisado, somente citam alguma palavra-chave em um contexto completamente alheio ao assunto. Na média dos últimos 25 anos têm-se 1,52 média de publicação por ano, porém se considerar o período do terceiro e quarto quinquênio onde foi o período que teve a maior quantidade de publicações, essa média sobe para 2,4 no ano nesse período.

Nestes 25 anos observa-se que as maiores concentrações de artigos estão voltadas para analisar os impactos da correção monetária gerado no patrimônio líquido, lucro e demonstrações contábeis, onde as principais metodologias utilizadas são a correção integral de balanço e correção societária. Todos os artigos relatam que a informação contábil é impactada negativamente quando não é realizado os ajustes da correção nas suas publicações de informações.

Com o plano real vigente a partir de 1994, os legisladores conseguiram uma estabilidade econômica e reduziram drasticamente os valores da inflação no Brasil, e assim extinguiram a correção monetária a partir de 1996, porém, mesmo tendo índices controlados a inflação não deixou de existir, e o percentual acumulado é de 391,87% entre os anos de 1996 e 2021 (IBGE,2016), o que demonstra que o tema da correção monetária ainda é relevante e deve ser levado em consideração em eventuais estudos da área, principalmente do aspecto teórico da qualidade da informação contábil.

Levando em consideração as análises realizadas nos periódicos e na literatura pesquisada, aduz-se que o não ajustamento das demonstrações contábeis pela correção monetária impacta na qualidade das informações oferecidas e deve ser levada em consideração para ajustamento das contas contábeis, não apenas para empresas de capital aberto, mas para as demais empresas também. Como já discutido, a qualidade da informação contábil fica prejudicada com a falta da correção monetária e impacta negativamente a qualidade da mesma.

Por último, ocasionada pela restrição da coleta de publicações serem feitas apenas pela internet no portal dos periódicos relacionados pela CAPES, sugere-se a ampliação desta pesquisa para outra amostra de estudos como por exemplo: Congressos, monografias, livros impressos, etc.

REFERÊNCIAS

Andrade, J. M. R. de, Segantini, G. T., & Silva, J. D. G. da. (2011). Análise dos perfis dos artigos com estrato qualis CAPES sobre teoria dos ajustamentos contábeis do lucro; - doi: 10.4025/enfoque.v30i3.14937. Enfoque: Reflexão Contábil, 30(3), 33-43. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v30i3.14937>

Andrade, M. E. M. C., & Martins, E. (2017). Desafios na política pública de mensuração dos ativos para a formação das tarifas no setor elétrico: alguém deve ser beneficiado e alguém deve ser sacrificado? Revista Contabilidade & Finanças, 28(75), 344-360. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201703160>

Ayres, RM, Mignoni, TC, Silva, PR, & Szuster, N (2011). O ativo e suas avaliações: a estrutura de mensuração atual reconhece o impacto da flutuação do poder aquisitivo da moeda? Pensar Contábil, atena.org.br, <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/1195>

BUSARELLO, Crislaine Fávero et al. Analise do Fluxo de Caixa Descontado: um estudo comparativo entre as projeções segundo dados históricos e dados corrigidos pela inflação. ContTexto - Contabilidade Em Texto, 13(23), 77–91. <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/29928>

Cavalcanti, MAN, Ferreira, HMC, Araujo, AO, Silva, JDG, & ... (2015). Efeito inflacionário nos estoques de commodities: análise a partir da Teoria do Custo Corrente Corrigido., repositorio.ufrn.br, <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19243>

Dameda, A. N., Alves, T. W., & Ott, E. (2011). Uso do custo corrente na avaliação de ativos de empresas de tecnologia de informação. Revista Universo Contábil, 7(3), 25-40. <https://repositorio.furg.br/handle/1/5311>

Fernades, L. P., & Marques, J. A. V. da C. (2009). Impacto na Análise econômico-financeira do Não Reconhecimento dos efeitos da inflação: O caso COPESUL no período 1999 - 2003. Contabilidade Gestão E Governança, 9(1). Recuperado de <https://www.revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/161>

Fernandes, LP, Marques, JAV da Costa, Carneiro, JCC, & ... (2004). Correção Monetária das Demonstrações Financeiras: Algumas Consequências da não Utilização de seus Métodos de Reconhecimento. Contabilidade Vista & ...

Filho, J Rodrigues (2000). A relevância da correção monetária. Contabilidade Gestão e Governança, revistacgg.org, <http://www.revistacgg.org/contabil/article/view/121>

Filho, RC Souza, & Szuster, N (2004). Análise dos efeitos Tributários no setor de bancos, com a extinção da correção monetária no Brasil no período de 1996-2000. *Revista de Contabilidade do ...*, e-publicacoes.uerj.br, <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5589>

Gil, AC (2010). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006. Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa.

Gonçalves, MJ de Queiroz (1996). A Correção Monetária no Brasil. *Revista de Contabilidade do ...*, e-publicacoes.uerj.br, <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/viewFile/6728/pdf>

Grillo, F. F., Lachini, T. C., Baioco, V. G., Reina, D., & Neto, A. S. (2016). Value relevance: Análise dos efeitos da avaliação a valor justo. *ConTexto*, 16(32). <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/56728>

Junior, JBA Carneiro, Canan, I, Kuhl, CA (2008). Impactos do não reconhecimento da inflação na demonstração do fluxo de caixa e na demonstração das origens e aplicações de recursos: uma simulação. *Pensar ...*, atena.org.br, <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/108>

Klann, RC, Souza, JC de, (2007). O impacto do não reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis na distribuição de dividendos. *Revista de Educação e ...*, repec.emnuvens.com.br, <http://repec.emnuvens.com.br/repec/article/view/5>

Lara, JE, & Mesquita, JMC (2008). Estrutura de Capital e Rentabilidade: análise do desempenho de empresas brasileiras no período pós Plano Real. *Contabilidade Vista & Revista*, redalyc.org, <https://www.redalyc.org/pdf/1970/197014585002.pdf>

Machado, L. H., & dos Santos, M. C. (1997). O Fantasma da Correção. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 2(2), 53-57., <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/download/6664/pdf>

Costa Marques, J. A. V. (1996). Correção Monetária dos Demonstrativos Financeiros: em Busca da Qualidade da Informação Contábil ou do Aumento da Capacidade de Arrecadação do Estado? *Contabilidade Vista & Revista*, 7(1), 51-53.

Martins, Z. B., de Moraes, M. L. S., Wollinger, H., & Soares, J. M. I. (2016). A inflação está controlada e não gera impacto nas decisões empresariais. Será? *Revista de Contabilidade e Organizações*, 10(28), 71-85. <https://doi.org/10.11606/rco.v10i28.121940>

Melo, F. M. A., Ponte, V. M. R., & Oliveira, M. C. (2007). Análise das práticas de evidenciação de informações avançadas e não-obrigatórias nas demonstrações contábeis

das empresas brasileiras. Revista De Contabilidade E Organizações, 1(1), 31-42.
<https://doi.org/10.11606/rco.v1i1.34695>

Melo, S, Martins, E, Nagai, C, Amaral, JV, (2012). Demonstrações contábeis sem efeitos inflacionários: uma abordagem relativa às empresas distribuidoras de energia elétrica. ... , Gestão e Governança, researchgate.net, https://www.researchgate.net/profile/Juliana-Amaral-2/publication/280088010_Statements_without_Inflationary_Effects_An_Approach_Relative_to_Electricity_Distribution_Companies/links/55a7acb408ae345d61db6adc/Statements-without-Inflationary-Effects-An-Approach-Relative-to-Electricity-Distribution-Companies.pdf

Monteiro, PRA, (2006). Análise comparativa das demonstrações contábeis elaboradas pela legislação societária e em moeda constante: um estudo de caso. Revista de Contabilidade ... , e-publicacoes.uerj.br, <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5588>

Moraes, DD (2002). Contabilidade em nível geral de preços-Método da Correção Monetária Integral. Revista Mineira de Contabilidade, revista.crcmg.org.br, <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/585>

Moribe, A. M., Panosso, A., & Marroni, C. H. (2008). Um enfoque sobre correção monetária integral e ajuste a valor presente em conformidade com as normas internacionais de contabilidade. Enfoque: Reflexão Contábil, 26(1), 17-28.
<https://doi.org/10.4025/enfoque.v26i1.3577>

Nunes, AA, Almeida, MM, & Marques, JAVC (2015). Uma análise crítica sobre a posição do Conselho Federal de Contabilidade acerca à norma CFC nº 900/01 que trata do princípio da atualização monetária. Pensar Contábil, atena.org.br, <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/2316>

Oliveira, ÁT de, & ... (2007). 11 anos sem correção! Uma análise dos efeitos da correção monetária não reconhecida nas Demonstrações Contábeis do Serviço Social da Indústria-SESI de 1996 de Contabilidade do ... , e-publicacoes.uerj.br, <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5558>

Oliveira, K. P. S., Cavalcanti, B. S. B., de Lima, A. S., & da Silva, J. D. G. Impacto da Aplicação do Custo Histórico Corrigido: Evidências em Empresas do Setor de Telecomunicação Listadas na BM&FBovespa1.
<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/127>

Pereira, CA, Azevedo, CEC, & Marques, JAVC (2015). Aspectos jurídicos da extinção da correção monetária das demonstrações contábeis: Um estudo de caso. Pensar Contábil, atena.org.br, <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/2335>

Ponte, VMR, Oliveira, MC, Moura, H, & ... (2007). Análise das práticas de evidenciação de informações obrigatórias, não-obrigatórias e avançadas nas demonstrações contábeis das sociedades anônimas no Brasil Revista Contabilidade & ..., SciELO Brasil, <https://www.scielo.br/j/rcf/a/Rbx7McCCwV4bPxYN9bjvTQM/abstract/?lang=pt>

Rezende, AJ, Guerreiro, R, & Dalmácio, FZ (2012). Uma análise do processo de desinstitucionalização de práticas contábeis de correção monetária em empresas brasileiras. Revista Contabilidade & ..., SciELO Brasil, <https://www.scielo.br/j/rcf/a/RFOX9q3z6FQskkVsXyBsk9S/?format=html&lang=pt>

Salotti, BM, Lima, GASF de, Corrar, LJ, & ... (2006). Um Estudo Empírico Sobre o Fim da CorregAo Monetaria Integral e sea Impacto na Análise das Demonstrag6es Contábeis: Uma Analise Setorial. ... Gestão e Governança, revistacgg.org, <http://www.revistacgg.org/contabil/article/view/153>

Santos, A, & Ribeiro, SLS (2014). Correção monetária: por uma periodização do uso da ferramenta, de 1944 a 1995. Revista Contabilidade & Finanças, SciELO Brasil, <https://www.scielo.br/j/rcf/a/TtppsLKVPvTLkbFLqNsYXnS/?lang=pt&format=html>

Silva Filho, A. C. C.; Martins, V. G.; Machado, M. A. V. Adoção do valor justo para os ativos biológicos: análise de sua relevância em empresas brasileiras. Revista Universo Contábil, 9(4), 110-127. <https://doi.org/10.4270/ruc.20139>

Silva, C. A. T. (2009). Custo histórico e custo histórico corrigido: um estudo das empresas brasileiras. Contabilidade Gestão E Governança, 5(1). Recuperado de <http://www.revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/197>

Souza, FJV de, Melo, MMD de, Silva, JDG da, & ... (2017). Perfil dos artigos sobre Teoria dos Ajustamentos Contábeis do Lucro: um estudo nos periódicos de contabilidade com estrato capes no triênio 2010-2012. ... de Administração e ..., reacfat.com.br, <http://www.reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/55>

Souza, WRS, Peters, M, Silva, AF, & ... (2018). Vinte e um anos sem correção monetária no Brasil: Impactos na comparabilidade da informação contábil em empresas siderúrgicas e metalúrgicas. Revista Contabilidade & ..., SciELO Brasil, <https://www.scielo.br/j/rcf/a/DWCJDwxRNWgRM55LkVCVW3x/abstract/?lang=pt>

Takamatsu, RT, & Lamounier, WM (2006). A importância da atualização monetária de valores para a análise das demonstrações financeiras. Contabilidade Vista & Revista, redalyc.org, <https://www.redalyc.org/pdf/1970/197014750005.pdf>